

A LUTA PELA TERRA E OS CONFLITOS NO SUDESTE PARAENSE: UM DEBATE A PARTIR DA OBRA CINEMATOGRAFICA DE ADRIAN COWELL*

The Struggle for Land and the Conflicts in the Southeast of Pará: a Debate Based on Adrian Cowell's Cinematographic Work

La Lucha por la Tierra y los Conflictos en el Sudeste de Pará: un Debate a Partir del Trabajo Cinematográfico de Adrian Cowell

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira**

Resumo: O presente ensaio visa analisar a luta e conflitos por terra no Sudeste do Pará a partir de alguns elementos da obra cinematográfica de Adrian Cowell. Assim, as análises e desdobramentos advindos da sua obra cinematográfica, permitem avançar no referencial teórico sobre o campo brasileiro, e, especialmente sobre a Amazônia, pois, os conflitos territoriais seguem vigentes no bojo das “ditaduras militares” e sob a égide da democracia. Nesse sentido, reafirma-se que no Sudeste do Pará temos uma perversa Geografia das lutas no campo, marcada pela tríade: grilagem, corrupção e violência. Trata-se, portanto, de conflitos sangrentos que violam direitos humanos.

Palavras-chave: Amazônia, Conflitos territoriais, Reforma Agrária, Documentários, Adrian Cowell.

Introdução

A análise ora apresentada congrega duas sobreposições de interesses e disputas por terra e território no Sudeste do Pará, as quais foram registradas por Adrian Cowell¹ e sua equipe nos documentários: “Montanhas de ouro” e “Matando por terras” durante 1980 a 1990. Assim, o argumento central construído a seguir remete à atuação dos garimpeiros em Serra Pelada e à luta dos posseiros contra os ataques

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). Uma versão do trabalho foi apresentada no XII ENANPEGE de 2019.

** Doutor em Geografia Humana -USP. Professor do Departamento de Geociências e PPGeo - Unimontes. E-mail: gustavo.cepolini@unimontes.br.

¹ John Adrian Cowell nasceu em Tongshan - China, em 2 de fevereiro de 1934 e faleceu em 11 de outubro de 2011 em Londres, um dia antes de viajar ao Brasil para concluir a versão brasileira dos documentários - Matando por terras. Cowell estudou na Austrália e na Inglaterra, onde se graduou em História pela Universidade de Cambridge, em 1955 (COWELL, 1990b). “Seu trabalho levantou questões ambientais e sociais perturbadoras, levando a ações corretivas do governo e organizações não governamentais. Concentrou-se em duas áreas de investigação: os efeitos da industrialização e migração sobre os povos indígenas da região amazônica e as políticas globais de cultivo do ópio no Sudeste Asiático” (ADRIAN COWELL FILMS, 2017; tradução nossa). Para maiores informações sobre da trajetória de Cowell como historiador, cineasta e cidadão do mundo indica-se Ferreira (2019).

Abstract: This essay aims to analyze the struggle and conflicts for land in the Southeast of Pará, based on some elements of Adrian Cowell's cinematographic work. Thus, the analyses and developments that stem from Cowell's cinematographic work allow advancements on the theoretical basis about the Brazilian countryside and especially about the Amazon, because the territorial conflicts are still in effect in the context of "military dictatorships" and under the aegis of democracy. In this sense, it is reaffirmed that there is, in the Southeast of Pará, a perverse Geography of struggles in the countryside, marked by the triad of land grabbing, corruption and violence. Therefore, these are bloody conflicts that violate human.

Keywords: Amazon, Territorial Conflicts, Agrarian Reform, Documentaries, Adrian Cowell.

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo analizar la lucha y los conflictos por la tierra en el sudeste de Pará a partir de algunos elementos de la obra cinematográfica de Adrian Cowell. Por lo tanto, el análisis y desarrollo derivados del trabajo cinematográfico de Cowell nos permiten avanzar en el marco teórico en el campo brasileño, y especialmente en la Amazonía, ya que los conflictos territoriales han seguido vigentes durante las "dictaduras militares" y también bajo la égida de la democracia. En este sentido, se reafirma que en el sudeste de Pará hay una geografía perversa de luchas en el campo, marcada por la tríada: usurpación, corrupción y violencia. Estos son, por lo tanto, conflictos sangrientos que violan los derechos humanos.

Palabras clave: Amazonía, Conflictos territoriales, Reforma Agraria, Documentales, Adrian Cowell.



do capital e as estratégias de monopolização do território. Tais ações mantém uma intrínseca relação com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o Programa Grande Carajás (PGC), assim como através do Estado a partir da legitimação da grilagem de terras com incentivos fiscais entre outras estratégias cunhadas sob a égide da Segurança Nacional.

Nesse contexto, apresenta-se uma das histórias mais violentas e sangrentas registradas por Adrian Cowell e sua equipe ocorrida no Sudeste do Pará. Trata-se de chacinas, expropriações e ameaças de fazendeiros, policiais e pistoleiros com respaldo e incentivo de sucessivos governamentais.

Por isso, as análises advindas do documentário "Matando por terras" remetem à impunidade no campo brasileiro, e, sobremaneira, na Amazônia. Diante dessa constatação, ressalto que as atualizações realizadas nos trabalhos de campo, bem como nos acervos visitados, evidenciam que os casos filmados por Cowell também seguem essa lamentável marca, ou seja, a impunidade, o que, em partes, permite comprovar a grande aliança do atraso que historicamente rege esse país.

Na contramão dessa aliança, o campesinato é violentado de diferentes formas e estratégias e segue lutando por um pedaço de terra nesse emaranhado de artimanhas jurídicas, das balas e de todo tipo de pressão e repressão. Assim, aborda-se tais lutas a partir da esperan-

ça materializada pelo campesinato na construção dos territórios de trabalho, de vida, da soberania e da justiça social.

Percurso metodológico e os desdobramentos territoriais

As análises apresentadas a seguir baseiam-se no levantamento bibliográfico, bem como na decupagem dos documentários de Adrian Cowell, trabalhos de campo em algumas áreas filmadas e, por fim, a produção cartográfica como uma síntese dos processos e disputas filmadas por Cowell e sua equipe, comprovando, em partes a continuidade da década da destruição na Amazônia.

Os documentários “Montanhas de Ouro” e “Matando por terras” apresentam essa aliança do poder e as estratégias para legitimar as riquezas minerais e criminalizar a reforma agrária no país, sob a égide da violência. Nesse sentido, o próprio Cowell (1900) reitera que o documentário “Montanhas de ouro” analisa as dinâmicas econômica, social e ambiental na província mineral mais rica do planeta – Carajás, assim como narra os conflitos e contrastes da atuação Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), na época pertencente ao Estado brasileiro. Por isso, é fundamental ressaltar que o ouro descoberto inicialmente encontrava-se na área de concessão da Companhia Vale do Rio Doce, onde é possível explorar não apenas o minério de ferro mais rico do mundo, mas também manganês, cobre, bauxita, estanho, níquel, volfrâmio (Tungstênio), zinco, chumbo e, claro, ouro (COWELL, 1990)².

Trata-se, portanto, de uma reserva mineral importante para o país, cujos governos pretendiam construir toda uma região industrial e incentivar o desenvolvimento agrícola da Amazônia Oriental. Assim, o documentário narra parte desse processo executado pelo governo brasileiro, atrelado aos interesses internacionais. Como exemplo, destacam-se os empréstimos advindos do Banco Mundial, da Comunidade Econômica Europeia (CEE) e do Japão (COWELL, 1990; COELHO, 1998 e MELLO, 2005).

Em relação ao documentário “Matando por terras”, ressalta-se que ele foi gravado no Sudeste do Pará nas margens dos rios Araguaia e Tocantins e na cidade de Imperatriz no Maranhão, cuja versão inicial (1990) não foi apresentada no Brasil para proteger parte dos entrevistados envolvidos nos conflitos agrários. A versão brasileira foi concluída apenas em 2011 por Vicente Rios, pois Adrian Cowell faleceu no dia que viajaria ao Brasil para concluir esse trabalho.

² Oliveira (1990, p. 46), acrescenta ainda a existência de: estanho, cobalto, molibdênio, carvão mineral, diamante, tântalo, amianto e urânio nesse complexo mineralógico.

Trata-se de um documentário com muitas informações técnicas e denúncias que repercutiram internacionalmente com a publicação na Anistia Internacional, por exemplo. O documentário inicia em 1986 a partir da constatação de que nesse período mais de 100 pessoas foram assassinadas na região. Por isso, remete aos grandes latifundiários beneficiados com a Ditadura, os quais sistematicamente criminalizam, expulsam e assassinam os posseiros para defender as “suas propriedades”. Queimadas, pistoleiros e patrulhas para expulsar e violentar os camponeses que reivindicam o direito às posses e à permanência na terra de trabalho como apregoada no decorrer do documentário, assim como nos dados coletados na CPT – Marabá.

O referido documentário evidencia a tensão no campo em consonância com os inúmeros incentivos fiscais; por isso, Cowell (1990) aponta que a SUDAM - Superintendência Desenvolvimento Amazônia³ investiu \$700 milhões de dólares em 631 projetos, os quais transformaram a floresta em enormes fazendas. Nesse sentido, o Sul do Pará foi

[...] uma das primeiras partes da Amazônia a ser colonizada, tem problemas de terras e feudais iguais aos da parte mais desenvolvida do Brasil. Em 1986, 71 trabalhadores rurais foram assassinados no estado, a maioria deles no sul. Nas cidades de Marabá e Imperatriz, pistoleiros podiam ser contratados quase a luz do dia e com a polícia e os tribunais tão dominados pelos grandes proprietários, nenhum pistoleiro tinha sido condenado pelos 411 assassinatos de terra no sul do Pará cometidos entre 1978 e 1988 (COWELL, 1990, p. 138; *tradução nossa*).

Evidencia-se uma impunidade institucionalizada. De acordo com Gissela Mate (2006), no Pará 73% dos assassinatos não foram apurados⁴. A partir desse cenário, bem como de outras pesquisas e denúncias da CPT (2017) pode-se reafirmar que o poder judiciário do Brasil ainda é extremamente tolerante com os crimes cometidos pelo latifúndio.

A partir desse cenário conflitivo destaca-se que no período de 1985 a 1989 (Governo Sarney), o campo brasileiro foi o mais violento dos últimos trinta anos, concentrando 705 assassinatos (41,6%) em 3489 conflitos (11,8%) de acordo com os dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino-CEDOC-CPT. Essa informação é muito elucidativa, uma vez que coincide com a maioria dos documentários da série “A década da destruição” proposta por Adrian Cowell. Por isso, reconhecemos que tais dados, por vezes, escondem o rosto, ocultam os olhos e não

³ Criada a partir da Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, extinguindo a SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e criando a SUDAM.

⁴ Klester Cavalcanti (2004) indica que dentre os 1373 assassinatos registrados no campo no período de 1985 a 2003 apenas 122 foram levados a julgamento e apenas nove mandantes foram condenados; nenhum deles se encontra preso, e, acrescenta: mais de 90% desses casos nunca chegaram à Justiça.

mostram a história (BALDUÍNO, 2010; 2014). Portanto, cabe escancarar os dados estatísticos por meio de uma análise crítica e, por vezes, propositiva ao assumir a necessidade de uma ampla reforma agrária que infelizmente não ocorreu no Brasil.

Diante disso, pode-se verificar que a série “A Década da Destruição”, de Cowell, registra alguns desses conflitos, cujos assassinatos e impunidade estão escancarados no país e revelam a violência e a barbárie territorializadas no campo brasileiro, especialmente na Amazônia.

Registra-se no período de 1985 a 1990, o montante de 927 assassinatos no Brasil, dos quais 529 ocorreram na Amazônia Legal, ou seja, o equivalente a 57% do total de ocorrência no país. Essa conjuntura revela, entre outras perspectivas, a barbárie do avanço do capital na região e as estratégias violentas e arcaicas para sua reprodução. Isso indica a permanência da luta pela terra e território e, nesse devir, urge reconhecer que “a defesa da terra e do território é a defesa da vida. A defesa da vida não se concebe sem a defesa da terra e do território” (MONTE-NEGRO, 2010, p. 30).

Esse cenário está respaldado, ainda, pelo fato de que “os conflitos sociais no campo brasileiro e sua marca ímpar a violência, não são uma exclusividade apenas do século XX” (OLIVEIRA, 2007, p. 135), cujo documentário “Matando por terras” permite analisar e, sobremaneira, registrar e atualizar os conflitos no campo brasileiro e na Amazônia. Assim, os mapas organizados a seguir dialogam com a obra de Cowell ao atualizar os dados das áreas filmadas, bem como reafirmam que os conflitos por terra e território continuam latentes em toda a Amazônia brasileira. Trata-se, portanto, de conflitos sangrentos que violam direitos humanos e fomentam uma verídica guerra no campo, sob a égide da democracia (FERREIRA, 2017 e 2018).

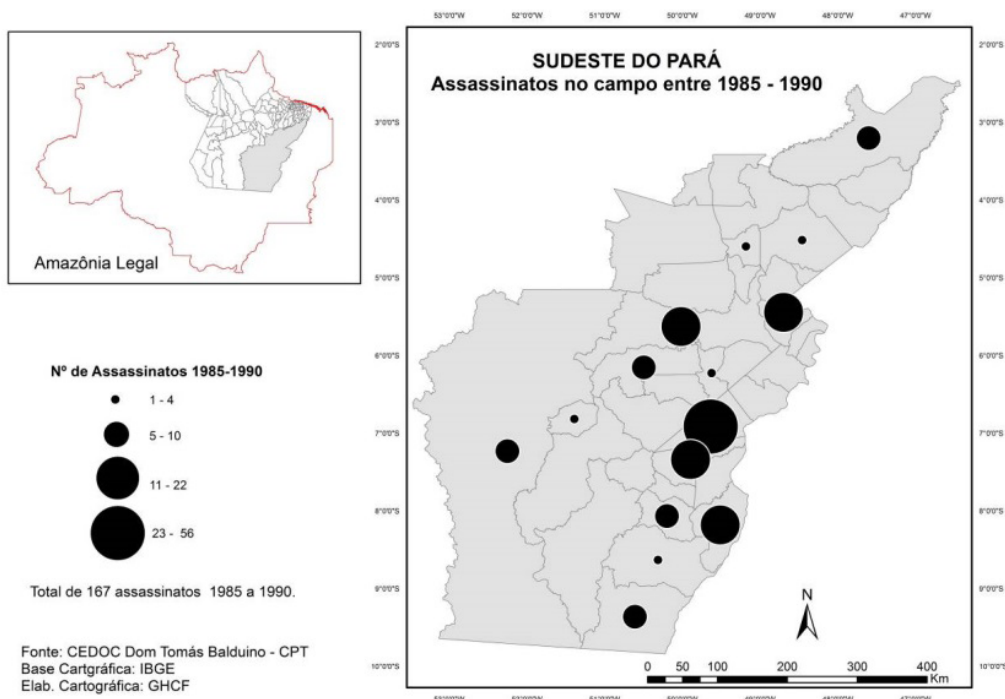
As Figuras 1 a 3 congregam o levantamento realizado no acervo da CPT em consonância com o documentário que sintetiza a série “A Década da destruição”, ou seja, o “Matando por terras” (1990 e 2011), cuja centralidade é no Sudeste do Pará, sobretudo, no Bico do Papagaio. Por isso, os mapas remetem aos assassinatos e ocupações em distintos períodos⁵.

Nos últimos trinta anos nota-se que os conflitos e assassinatos estão presentes em quase todos os municípios do Sudeste do Pará. Em 2017, por exemplo, dos 70 assassinatos no campo brasileiro, 21 foram no Pará, e desses, 17 foram no Sudeste paraense, incluindo o massacre em Pau D’Arco. Ainda de acordo com a CPT (2018),

⁵ Salienta-se que do ponto de vista da distribuição cartográfica, as leituras acumuladas sobre a Geografia Agrária Brasileira indicam a divisão dos dados a partir dos diferentes governos. Optou-se, no entanto, em manter os períodos aglutinados em função dos registros originais de Cowell, uma vez que esses não se limitaram às temporalidades mencionadas.

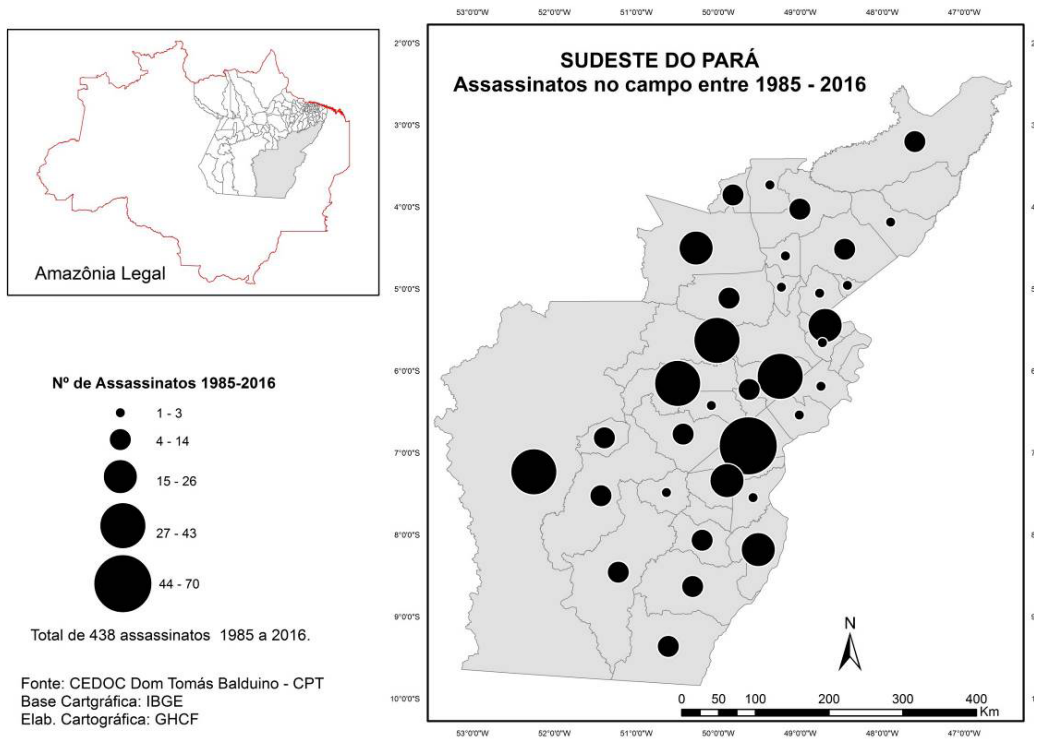
nos últimos 32 anos, ou seja, de 1985 a 2017, “O Pará é o estado que lidera no país, com 466 casos e 702 vítimas. Maranhão vem em segundo lugar com 168 vítimas em 157 casos. E o estado de Rondônia em terceiro, com 147 pessoas assassinadas em 102 casos” (CPT, 2018).

Figura 1 - Sudeste do Pará: assassinatos no campo entre 1985 a 1990



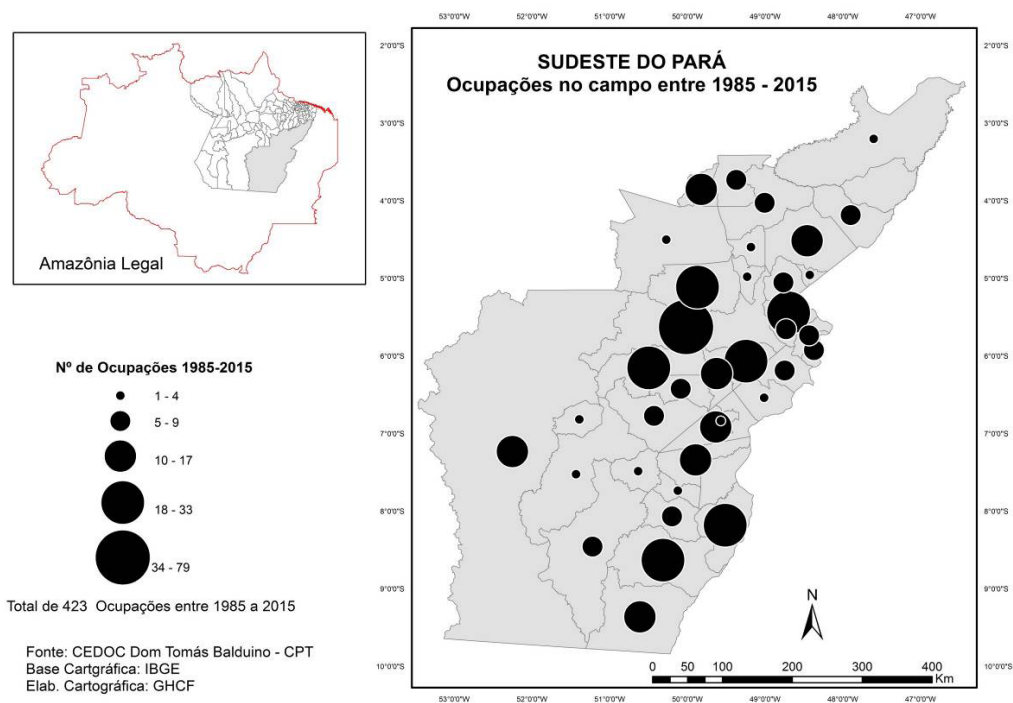
Fonte: FERREIRA (2018).

Figura 2 - Sudeste do Pará: assassinatos no campo entre 1985 a 2016.



Fonte: FERREIRA (2018).

Figura 3 - Sudeste do Pará: assassinatos no campo entre 1985 a 2015.



Fonte: FERREIRA (2018).

Nesse mesmo período a CPT registrou 1438 conflitos com 1904 assassinatos e constatou ainda que apenas 113 casos foram julgados e 31 mandantes foram condenados em todo o país. No tocante à Amazônia legal, constata-se 44 casos julgados e 20 condenados⁶. Constanta-se, portanto, uma árdua e permanente guerra no campo, especialmente, na Amazônia, cuja concentração de conflitos e assassinatos no Sudeste do Pará evidencia ainda os diferentes interesses pelo subsolo e a riqueza minerária existente.

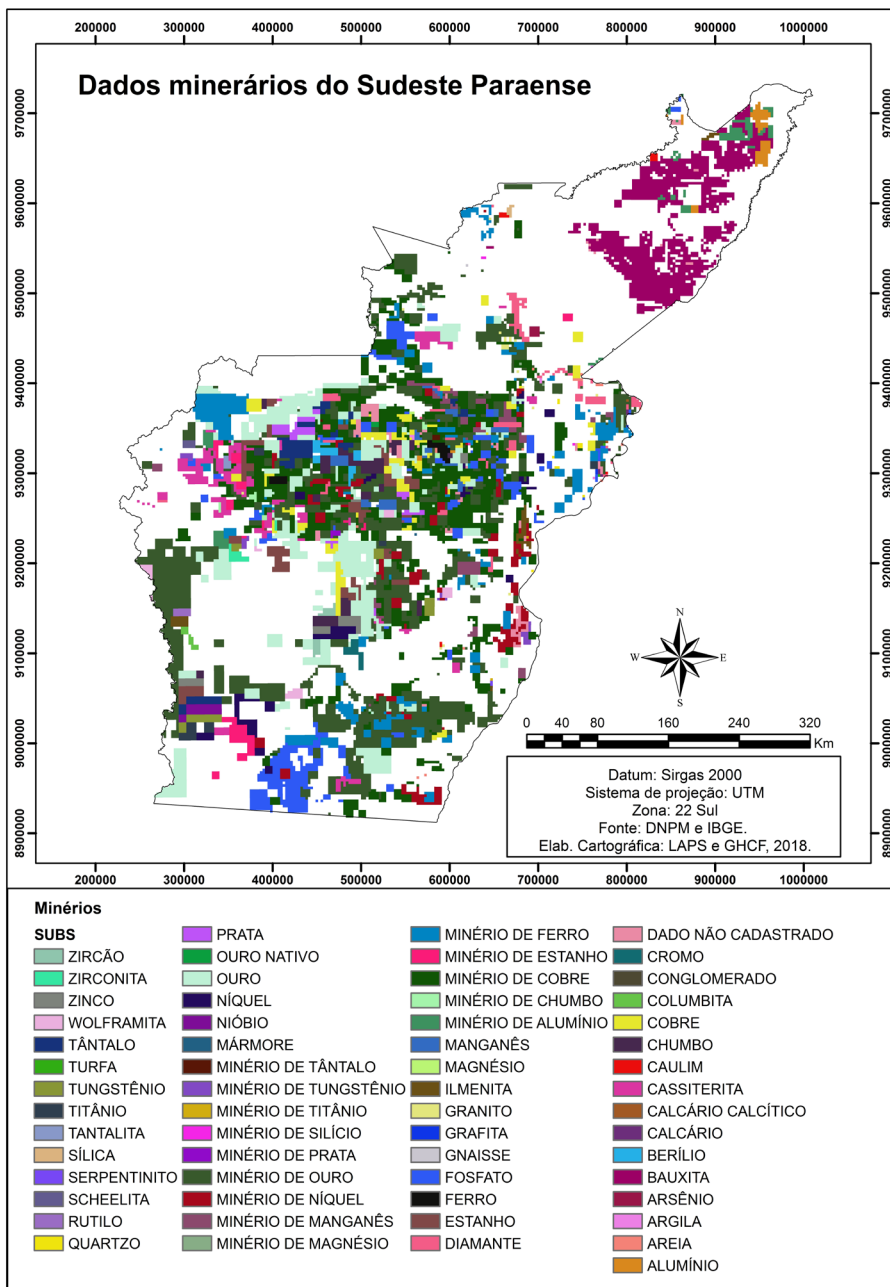
Ao analisar os dados apenas do Sudeste do Pará, onde se localiza Serra Pelada, pode-se constatar a existência de sessenta minérios identificados e requeridos para pesquisa e exploração (Figuras 4 e 5). Isso implica em disputa por territórios, sobretudo, com o campesinato para atuais e futuras explorações minerais. Portanto, pode-se reafirmar que a tensão vivenciada com os garimpeiros de Serra Pelada seguirá por muitas décadas (MST et al., 2009).

E, nesse devir, registra-se mais de 200 mil Km² de florestas desmatadas nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins em nome de um projeto de desenvolvimento que gerou grandes recursos econômicos e dinâmicas irreversíveis do ponto de vista socioambiental. As famílias atingidas vivem uma miséria, agravada ainda pela especulação fundiária que acaba expulsando-as de suas posses, fazendo com que muitas busquem qualquer emprego em função da desqualificação ou sigam para as cidades-acampamentos à beira das estradas (ARNT, 1994).

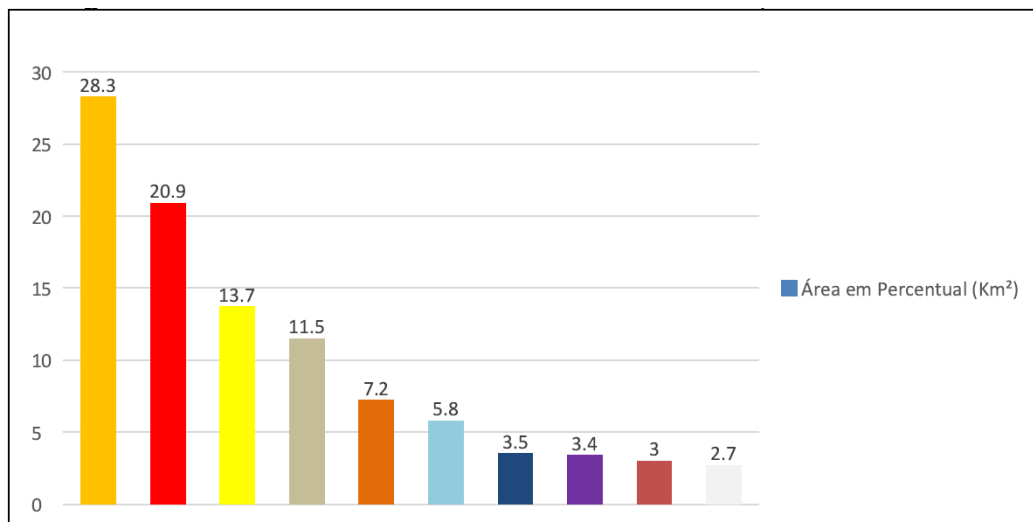
Segundo os dados do DNPM, apenas no município de Abel Figueiredo não há pedidos minerários registrados no referido Departamento, ou seja, nos demais trinta e oito municípios da mesorregião Sudeste do Pará constata-se pedidos minerários, o equivalente a 97,5% dessa mesorregião paraense. Ao analisar os dados dos cinco minérios que lideram entre os dez mais explorados, nota-se: minério de ouro, minério de cobre, ouro, bauxita e minério de ferro, os quais totalizam o montante de 81,6% entre os dez minérios mais explorados no Sudeste Paraense entre 1955 a 2012. A partir desse levantamento da exploração mineral junto ao DNPM do Sudeste Paraense pode-se comprovar que o minério de ouro, o ouro, o minério de cobre, o minério de ferro, a cassiterita, o fosfato e a bauxita lideram o ranking minerário, os quais são exportados e/ou semiacabados, a exemplo do ferro gusa, como já registrado por Cowell na década de 1980.

⁶ Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/60-dados-2017/14075-assassinatos-e-julgamentos-1985-2017-cpt-assessoria-de-comunicacao?Itemid=0>. Acesso em: 16 abr. 2018.

Figura 4 - Dados minerários do Sudeste do Pará – 1955 a 2012.



Fonte: FERREIRA (2018).

Figura 5 - Percentual dos 10 maiores minérios em destaque no SE do Pará.

Fonte: FERREIRA (2018).

Nesse sentido, evidencia-se que os usos e ocupação da terra no Sudeste Paraense está marcado por sobreposições, sobretudo, com as análises inerentes à mineração, ou seja, os Assentamentos Rurais, Terras Indígenas e UCs estão em constantes disputas com a mineração e o agronegócio⁷. Assim, destaca-se que os usos e ocupação da terra indicam que 43% remetem às florestas primárias, 36% à área de transição pasto-floresta, 17,1% a pastos e outros usos, ou seja, esses dois últimos incluem também os cultivos e monocultivos agrícolas e, por fim, 3,9% a corpos d'água (FERREIRA, 2018).

Considerações finais

A partir dessas análises, cabe salientar que o documentário “Matando por terras”, na narrativa final, remete a atualidade dos Sem terras na Amazônia e sua constante luta por um pedaço de terra, ou seja, terra de trabalho, vida e luta.

⁷ Destaca-se, por exemplo, no município de Canaã dos Carajás, o Projeto Ferro Carajás S11D (antigo - Projeto Serra Sul) como o maior complexo minerador da Vale S/A que já expropriou aproximadamente 100 famílias camponesas, conforme pode-se constatar durante trabalho de campo em novembro de 2016 na região e, posteriormente, numa nítida aliança entre o INCRA e a mineradora Vale S/A, em que o Assentamento União Américo Santana foi criado atendendo parcialmente essa população camponesa oriunda da Vila Mozartínópolis para a antiga Fazenda Recreio, com área de 1.685 hectares. Ressalta-se, conforme entrevista com o Presidente do Sindicato Rural de Canaã dos Carajás, que no meio do assentamento há uma área na qual se constata explosões diárias para pesquisa minerária, ou seja, esses camponeses continuam sofrendo pressão mesmo com a “reforma agrária”.

Trata-se de uma liberdade que historicamente tentam alijar o campesinato. Por isso, seguem em luta pela terra de trabalho e vida, ou seja, no árduo processo de criação e recriação do campesinato, da constituição de uma economia camponesa que nos ensina por meio das crises como responder e superá-las a partir da própria família, das relações sociais, de uma ordem moral construída nas lutas, ou seja, uma luta de classes – de um modo de vida que historicamente remete às lições camponesas.

A leitura dos documentários de Cowell remete, inicialmente, à temática ambiental, bem como à questão dos conflitos e assassinatos no campo brasileiro, tecendo um profícuo encontro da questão agrária e ambiental, marcada pela aliança terra-capital e meio ambiente. Por isso, reitera-se que “não existe latifúndio, sem violência. A violência faz parte da estrutura do latifúndio a partir de inúmeras estratégias legais e ilegais.

Os registros cinematográficos de Cowell permitem conhecer e aprofundar as contradições do capitalismo e, sobretudo, auxiliam na leitura do território a partir das contradições no âmbito da questão agrária amazônica, bem como nos seus desdobramentos nas políticas territoriais e ambientais no Brasil.

Nesse sentido, salienta-se que a base dos conflitos ora registrados estão ancorados na existência de terras públicas na Amazônia e também em outras regiões do país, o que em partes permite afirmar que as políticas públicas enfatizam uma contrarreforma agrária no país; aliada aos interesses dos empreendimentos agropecuários/latifundiários - mineração, sobretudo, para abertura de novas áreas para a expansão produtiva, bem como tentam desmobilizar os movimentos socioterritoriais, ou mesmo, elaboram projetos de colonização e assentamentos rurais onde e como lhes convém e recriam novas fronteiras.

Acirram outros conflitos no campo, sobretudo, com as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, que em tese estão no mesmo patamar no tocante à hierárquica constitucional. No entanto, tornam-se, por vezes, distintas e antagônicas no que se refere à regularização fundiária e, por conseguinte, remetem à institucionalização da contrarreforma agrária.

No entanto, o campesinato segue em marcha no Sudeste do Pará, bem como em outras áreas do país. Ao consultar os dados do INCRA até 2015, pode-se verificar a existência de 473 assentamentos rurais no Sudeste do Pará que remete à conscientização de classe para seguirem lutando, ou seja, trata-se de uma luta para a derrubada das cercas do latifúndio visando assegurar, ao mesmo tempo, uma classe e um modo de vida.

Tais dados revelam que em todos os municípios do Sudeste Paraense há assentamentos rurais. Todavia, eles não são suficientes, por isso, a luta do cam-

pesinato segue, assim como os conflitos na região. Nesse devir, reitera-se que a terra é mais do que terra. Essa cidadania para o campo é expressa no cotidiano dos camponeses registrados por Cowell e sua equipe, cujas lentes capturam os conflitos para além do ato poético advindo da produção audiovisual, revelam uma rebeldia sem roteiros e estórias prévias, registram o fato acontecido e tomam partido em defesa dos direitos humanos e territoriais. Assim, arriscam-se para filmar na esperança de que as dinâmicas e processos pudessem aclamar e depois poderiam divulgar os materiais no Brasil, para não expor ainda mais as pessoas e familiares conforme entrevistas com Vicente Rios em 2015 e 2017.

Trata-se de imagens que remetem às mazelas e à barbárie no campo e constituem, portanto, um retrato das lutas e vitórias, as quais estão sendo reescritas frente à recriação de formas de organização social, econômica e territorial camponesas, ou seja, a luta pela reforma agrária enquanto possibilidade de um projeto camponês calcado em um modo de vida e sua constituição enquanto classe social.

Referências

- ADRIAN COWELL FILMS. *Home Page – 2017*. Disponível em: <http://www.adriancowellfilms.com/home/4573826167>. Acesso em: 10 dez. 2017.
- ARNT, R. A. Prefácio – seria mais fácil ladrilhas? In: ARNT, Ricardo A. (org.). *O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.
- BALDUINO, Dom Tomás. Palavras de Dom Tomás. In: CANUTO, A.; MELO e SILVA, C. P.; ALVES, F. J. F. *Dom Tomás é terra e dignidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- BALDUINO, Dom Tomás. Testemunho e profecia. In.: CPT. *Conflitos no Campo Brasil 2009*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CAVALCANTI, K. *Viúvas da terra: morte e impunidade nos rincões do Brasil*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil, 2004.
- COWELL, A. *The decade of destruction*. London: Headway, 1990.
- COWELL, A. *The Decade of Destruction: the crusade to save the amazon rain forest*. New York: Henry Holt and Company, 1990b.
- CPT. *Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003*. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-no-campo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>. Acesso em: 16 abr. 2018.
- CPT. *Atlas de Conflitos na Amazônia. Goiânia*; São Paulo: CPT; Entremares, 2017.
- FERREIRA, G. H. C. *A obra cinematográfica de Adrian Cowell: legado de resistências e territorialidades para a Amazônia*. 2018. 526 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- FERREIRA, G. H. C. Adrian Cowell: historiador, cineasta e cidadão do mundo (1934-2011). *Revista de História da UEG*, v. 8, p. e821911, 2019.

- FERREIRA, G. H. C. Conflitos por terra e território na obra cinematográfica de Adrian Cowell: uma Cartografia sangrenta da Amazônia In: *Anais VIII SINGA*. Curitiba, 2017.
- MATE, G. Terra sem lei. *Brasil de Fato*. Edição especial Massacre de Carajás. Ano 4, n. 162, Abril, 2006.
- MELLO, T. *Amazônia: a menina dos olhos do mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- MONTENEGRO, J. Conflitos pela terra e território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. *Geografia Agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MST; CPT; MAB; FETRAGRI; CEPASP; MTM; MOV. DEBATE E AÇÃO. *A mineração no Sul e Sudeste Paraense*. Cartilha de divulgação, 2009.
- OLIVEIRA, A. U. *Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos*. Campinas: Papirus, 1990.
- OLIVEIRA, A. U. *A Geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.
- OLIVEIRA, A. U. *Fronteira Amazônica Mato-Grossense: Grilagem, Corrupção e Violência*. Tese (Livre Docência). São Paulo. FFLCH/USP, 1997.
- PEREIRA, A. R. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da Terra na Região Araguaia Paraense*. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Viçosa: UFV, 2008.
- SHANIN, T. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane T.; FABRINI; João E. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SHANIN, T. *Campesinos y sociedades campesinas*. México: FCE, 1979.